

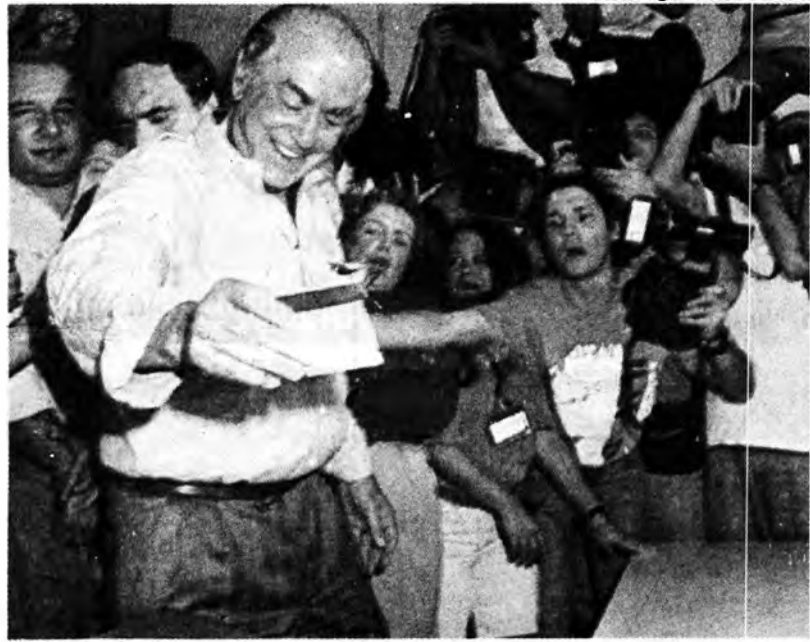
Biblioteca - Koinon
(X) Cadastrado
(X) Processado

DOC. GERAL
PP
MC
KARDEX
()
()
()
(X)

Aconteceu

Eleição de governadores fortalece conservadores na sucessão de Collor

Pedro Agilson/Isto É Senhor



Eleito no primeiro turno, Brizola sai destas eleições fortalecido como líder de oposição

Os candidatos conservadores aos governos estaduais foram os vitoriosos destas eleições. Oito deles têm afinidade com Collor. A exceção fica para Leonel Brizola, eleito no Rio de Janeiro com 64% dos votos válidos, e que se consagra, assim, como oposição. O PDT ainda pode eleger os governadores do Espírito Santo, Paraíba e Rio Grande do Sul. O resultado do segundo turno em São Paulo vai fortalecer um entre dois candidatos à sucessão de Collor em 94: ou o próprio Maluf ou o governador Orestes Quércia, no caso da vitória de Fleury. O PFL, que os analistas julgavam morto, renasceu das cinzas e fez vários governadores. Surpreendeu também o grande número de votos nulos e brancos. Na próxima edição, resultados das eleições para o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. (páginas 2 e 3)

Meneguelli articula bloco sindical para participar do pacto

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, vai articular um bloco sindical para participar das reuniões do pacto. A idéia é procurar os principais líderes sindicais para propor a discussão de uma pauta conjunta e dos critérios de representação dos trabalhadores nas negociações com governo e empresários. A intenção da CUT é propor uma pauta mínima com base nos pontos consensuais. Cada entidade faria reivindicações específicas. (página 12)

Seringueiro diz que o analfabetismo é parceiro da pobreza

Pedro Ramos de Souza, vice-presidente do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), diz que os governantes brasileiros são os maiores responsáveis pelo alto índice de analfabetismo. "O fenômeno que o multiplica é parceiro entrelaçado e irmanado da pobreza extrema", diz, defendendo que os dois fenômenos têm que ser atacados simultaneamente. O líder seringueiro acusa os políticos de se aproveitarem da situação para montar os chamados currais eleitorais. (página 14)

Acordo garante aos moradores da Juréia terra e trabalho

Em reunião no dia 21, as 330 famílias que vivem nos 82 mil hectares da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, no litoral sul de São Paulo, fecharam acordo com ambientalistas. Do encontro, realizado em Iguape, as famílias saíram com garantia de que podem ocupar três hectares cada uma e de que podem manter atividades de subsistência, desde que obedçam regras de preservação. Os moradores queixam-se de excesso de restrições devido à criação da estação ecológica, em 1985. (página 4)

50
-19/90

Candidatos conservadores saem fortalecidos para disputa presidencial

O resultado das eleições para governador remete a uma lista de candidatos conservadores fortalecidos para a eleição a presidente em 1994.

Com exceção de Leonel Brizola, eleito governador do Rio, os demais virtuais candidatos à sucessão de Collor que participaram desta eleição têm clara identificação com o governo.

Em São Paulo, a eleição será decidida no segundo turno entre Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB) — acusado pelos adversários de ser marionete do governador Orestes Quércia — e o eterno candidato Paulo Salim Maluf (PDS). Se ganhar Fleury, Quércia sai fortalecido para a sucessão de Collor. Se ganhar Maluf, o desfecho da história será igualmente previsível.

O próprio presidente Collor (ga-

nhou pontos nestas eleições). Dos 27 futuros governadores, nove já foram eleitos no primeiro turno. Oito deles rezam a cartilha política do presidente, que com isso ganha forças para a hipótese de reeleição, caso o Congresso mude as regras do jogo, ou para sair candidato a primeiro-ministro, se for implantado o parlamentarismo.

Os nove governadores eleitos já no primeiro turno são: Gilberto Mestrinho (Amazônias), Ciro Gomes (Ceará), Joaquim Roriz (Distrito Federal), Íris Rezende (Goiás), Jaime Campos (Mato Grosso), Pedro Pedrossian (Mato Grosso do Sul), Leonel Brizola (Rio de Janeiro), Wilson Kleinubing (Santa Catarina) e João Alves (Sergipe). (*Jornal da Tarde*, 09/10/90)

Governadores e senadores já eleitos

Estado	governador*	senador
Alagoas	—	Guilherme Palmeira (PFL)
Amapá**	—	José Sarney (PMDB), Henrique Almeida (PFL) Raquel Capiberibe (PSB)
Amazonas	Gilberto Mestrinho (PMDB)	Amazonino Mendes (PDC)
Bahia	Antonio C. Magalhães (PFL)	Josaphat Marinho (PFL)
Ceará	Ciro Gomes (PSDB)	Beni Veras (PSDB)
Distrito Federal	Joaquim Roriz (PTR)	Valmir Campelo (PTB)
Goiás	Íris Rezende (PMDB)	—
Espírito Santo	—	Élcio Álvares (PFL)
Maranhão	—	Eptácio Cafeteira (PDC)
Mato Grosso	Jaime Campos (PFL)	Júlio Campos (PDS)
Mato Grosso do Sul	Pedro Pedrossian (PTB)	Levy Dias (PST)
Minas Gerais	—	Júnia Marise (PRN)
Paraná	—	José Eduardo Vieira (PTB)
Pernambuco	Joaquim Francisco (PFL)	Marco Maciel (PFL)
Piauí	—	Lucídio Portela (PDS)
Roraima**	—	Marluce Pinto (PTB) Hélio Campos (PMN) César Dias (PMDB)
Rio de Janeiro	Leonel Brizola (PDT)	Darcy Ribeiro (PDT)
Rio Grande Sul	—	Pedro Simon (PMDB)
Santa Catarina	Vilson Kleinubing (PFL)	Espiridião Amin (PDS)
São Paulo	—	Eduardo Suplicy (PT)
Sergipe	João Alves (PFL)	Albano Franco (PRN)

* Para governador, as lacunas indicam resultados ainda indefinidos.

** Os estados do Amapá e Roraima elegem três senadores. No estado não mencionado no quadro, a disputa pela vaga no Senado também está indefinida. (*Folha de S. Paulo*, 09/10/90)

Aconteceu

Nº 551

5 a 20 de outubro de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor

Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte

Flávio Irala

Editores assistentes

Ângela Galvão
Célio Correia de Castro
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação

Beatriz Araújo Martins

Diagramação

Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e impressão

Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual

Cr\$ 500,00

Assinatura de apoio

Cr\$ 600,00

Assinatura exterior

US\$ 50

Recorde de nulos e brancos denuncia crise na política

O Congresso que surge das eleições do dia 3 nasce com uma mancha — a de ter sido eleito por uma minoria de eleitores. Os votos nulos e brancos, já bastante significativos na eleição de governador, crescem ainda mais na de senador e atingem proporções catastróficas na de deputado. No Rio Grande do Sul, por exemplo, se 22% dos eleitores votaram nulo ou branco para governador, essa porcentagem cresce para 33% no caso do Senado, 45% no da Assembléia Legislativa e 50% para o Congresso.

Com poucas variações, este é um padrão que se repete pelo Brasil afora. "Esses números mostram que a po-

pulação se sente distanciada dos políticos e da política", afirma o cientista político Marcus Figueiredo, da USP. Quando se acrescentam aos nulos e brancos as abstenções, chega-se a resultados alarmantes. Segundo calcula o presidente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, apenas um terço do eleitorado brasileiro terá voto para deputado federal e estadual.

O deputado César Maia (PDT-RJ) faz um curioso raciocínio para ilustrar a dramaticidade da situação. Calcula ele que, no Rio, não mais do que 40% dos eleitores tenham voto para deputado. Desses, 40% votaram no PDT. Como 40% de 40% significam 16%, disso resulta que os

deputados do PDT, o grande partido do estado, na verdade não foram prestigiados por mais de 16% do eleitorado fluminense.

"É angustiante ver que um país que acaba de sair de um período autoritário já esteja desinteressado pelo voto", diz o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Sydney Sanches. Na realidade, o desinteresse do eleitor, especialmente pelo Legislativo, evidencia uma crise que há muito já estava no ar — e cujas causas vão das regras eleitorais caducas à maneira de operar de um Congresso que, quando trabalho, não o faz por mais de três dias por semana. (*Jornal do Brasil*, 06/10/90)

PFL renasce das cinzas

O Partido da Frente Liberal (PFL) pode ser considerado o principal vencedor destas eleições. Elegeu no primeiro turno, os governadores de Bahia, Antonio Carlos Magalhães, do Mato Grosso, Jaime Campos, de Pernambuco, Joaquim Francisco, de Santa Catarina, Vilson Kleinubing, e de Sergipe, João Alves.

No Piauí, a expectativa era a vitória do pefelista Freitas Netto no primeiro turno. Mas a apuração paralela (organizada pelos comitês eleitorais e emissoras de rádio e televisão) aponta até agora 49,86% para ele. Assim, ele poderá ter que enfrentar Wall Ferraz (PSDB) no segundo turno.

No Amapá, as urnas estão contrariando a pesquisa de boca-de-urna do Ibope, que dava como certa a vitória de Annibal Barcelona (PFL) no primeiro turno. Ele terá como adversário o petista Gilson Rocha, que deverá ser apoiado pelo ex-presidente José Sarney, eleito senador por aquele Estado.

No Rio Grande do Norte, igualmente, o pefelista José Agripino Maia terá que disputar o segundo turno com seu parente Lavoisier Maia (PDT) (*Jornal da Tarde*, 09/10/90)

Eleição revela opção pelo voto distrital

O eleitor de resultados — aquele que escolheu candidatos com fartos currículos de obras ou projetos que apontam soluções imediatas para problemas mais urgentes — deixou nas urnas dos 583 municípios paulistas uma lição clara de que o voto distrital, embora ainda não exista como lei no papel, já está valendo na prática desde o dia 3. Isso significa que no momento de escolher os seus representantes para a Câmara e Assembléia Legislativa, os eleitores deram preferência a políticos das suas cidades ou regiões.

Na avaliação de um punhado de deputados eleitos com esse tipo de voto, o sistema de escolha distrital poderia evitar outro fenômeno que predominou nestas eleições —

o voto em ninguém, aquele do eleitor insatisfeito que riscou toda a cédula ou simplesmente a deixou em branco.

O ex-prefeito de Campinas José Roberto Magalhães Teixeira, candidato a deputado federal pelo PSDB, é um dos melhores exemplos de como o voto distrital vingou nestas eleições. Deverá colher somente na sua região cerca de 120 mil votos, o suficiente para garantir com tranquilidade uma das 60 vagas do Estado na Câmara. "Não tem sentido um deputado de Campinas querer os votos dos eleitores de Pindamonhangaba", diz. "O eleitor aprendeu a votar em quem é capaz de consertar o buraco de sua rua". (*O Estado de S. Paulo*, 09/10/90)

Brizola se consagra na oposição

Um dos grandes vencedores destas eleições, não só pelo resultado dos votos nas urnas, é o governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Com 64% dos votos válidos, no Rio, a provável eleição de Alceu Colares do Rio Grande do Sul e de Albuino Azeredo no Espírito Santo, Brizola se consagra como representante legítimo ao governo Collor. Isso lhe garante cacifê suficiente para,

em 1994, voltar a disputar a eleição para presidente. Resta saber se, nestes quatro anos, o velho caudilho não irá capitular. Eleito, mas isolado entre seus futuros companheiros governadores, Brizola já muda o tom do discurso quando se refere ao Planalto. Primeiro grande trunfo de Collor para seduzir Brizola é o Banerj que se encontra em estágio falimentar. (*CEDI*, 10/20/90)

Juréia: sai acordo entre moradores e ambientalistas

Henrique Ruffato

Em 21 de setembro, durante reunião em Iguape, 330 famílias que habitam os 82 mil hectares da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, no litoral sul a 150 km de São Paulo, tiveram a garantia de que podem ocupar três hectares cada uma e, obedecendo a regras de preservação, estão autorizadas a manter atividades de subsistência. Simultaneamente, uma experiência piloto de desenvolvimento sustentado começa a ser implantada na área do Despraiado, um dos núcleos da estação, que é administrada pelo Instituto Florestal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo.

Os moradores da Juréia queixam-se do excesso de restrições a que estão submetidos devido à criação da estação ecológica, em 1985, por pressão dos ambientalistas. Vivendo da extração de palmito, pesca e agricultura de subsistência (principalmente banana), os moradores criaram há dois meses uma associação, a União dos Moradores da Juréia-Itatins, e passaram a reivindicar que as áreas habitadas da estação ecológica sejam excluídas da área protegida.

O presidente da Pró-Juréia, Aron



Belinki, denuncia que algumas pessoas estão adotando práticas incompatíveis com a proteção do meio ambiente, como extração e tráfico de palmito, e servindo de guia para caçadores.

“Não se pode dizer que a proposta dos moradores seja ilegítima, afinal muitos deles estão lá há dezenas de anos. Mas a idéia de excluir as áreas habitadas da zona de proteção coloca em risco a preservação de

um patrimônio natural do qual nós não podemos abrir mão pela sua importância sob todos os aspectos. Esta proposta acaba servindo, na verdade, aos interesses dos grandes especuladores imobiliários que já tentaram muitas vezes implantar grandes projetos de condomínio no litoral sul de São Paulo”, afirma Aron Belinki.

A proposta da Pró-Juréia é a de desapropriação imediata dos 82 mil hectares da Juréia, criação de um grupo de trabalho para elaborar um plano de zoneamento e o estabelecimento de um compromisso por parte dos moradores de práticas compatíveis com a preservação ambiental.

Com o acordo selado no dia 21, o diretor do Instituto Florestal, engenheiro florestal Hélio Ogawa, prometeu cadastrar a curto prazo todos os moradores e acompanhar suas atividades. Além de um limite de ocupação, eles também estão impedidos de produzir lenha e derrubar mata fora de especificações de altura e diâmetro do caule, para preservar as matas primárias. Quanto à pesca, outro acordo a ser assinado permitirá o credenciamento dos profissionais da região e dos que pescam para o sustento e o estabelecimento de regras de preservação.

Paralelamente, prosseguem ações de desapropriação e levantamento de situações indefinidas de herança de terra. (*O Globo* 23/09/90; e *Journal do Brasil*, 22/09/90)

Governador prepara desapropriação

O governador Orestes Quércia assinou no dia 29 de setembro em Peruibe, litoral de São Paulo, um decreto estabelecendo condições para a implantação da Estação Ecológica da Juréia e fixando critérios para a identificação das comunidades tradicionais locais.

Pelo decreto, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo deverá concluir em trinta dias o cadastro dos moradores integrantes das comunidades tradicionais situadas no interior da estação. Em sessenta dias a Sema deverá concluir o plano diretor e o zoneamento da estação, a serem submetidos à aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

No artigo 3º do decreto o governo de São Paulo define as co-

munidades tradicionais, isto é, seus membros, como “aqueles que têm morada habitual e principal atividade de subsistência no local, em área de ocupação efetiva de até dez hectares”, desde que o uso que fazem dos recursos naturais sejam compatíveis com os objetivos de conservação previstos para a Estação Ecológica, conforme o plano diretor. O decreto prevê ainda a participação de “associações de moradores” no cadastramento e, na fase de detalhamento do plano diretor também de entidades ambientalistas.

No mesmo ato o governador assinou outro decreto abrindo crédito suplementar de 146 milhões de cruzeiros a Sema aplicar na Juréia. (*CEDI*, 02/10/90)

Controle civil do programa nuclear continua no papel

O fechamento pelo presidente Collor do poço destinado a testes nucleares na Base do Cachimbo, sul do Pará, não garante ainda o fim do projeto nuclear paralelo desenvolvido pelas Forças Armadas. De qualquer forma, implica no reconhecimento de todas as denúncias feitas ao longo da última década de que, por trás das afirmações oficiais sobre as intenções pacíficas do programa nuclear brasileiro, os militares perseguiram a capacitação para construir bombas nucleares.

O gesto do presidente - adotado sob o impacto das denúncias de cooperação nuclear entre o Brasil e o Iraque e às vésperas de seu discurso na ONU e de mais uma rodada de negociações da dívida externa - busca abrandar as dificuldades de acesso a tecnologias sensíveis por parte do Brasil. Motivados pela desconfiança de que estas poderiam ser utilizadas para a construção da bomba brasileira ou repassadas a terceiros, os países desenvolvidos têm obstaculizado a venda de equipamentos necessários ao país e a concessão de empréstimos ao setor energético, vinculado à área nuclear.

Resta saber que medidas concretas serão tomadas quanto à definição da nova política nuclear brasileira. No final de junho foi entregue ao presidente o relatório do GT-Pronen, o grupo de trabalho encarregado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) de rever o programa nuclear. Nele recomenda-se a continuidade do controle do programa nuclear pe-

la Secretaria de Assuntos Estratégicos e dos projetos atualmente desenvolvidos pelos militares. Para eles seria destinada uma verba de US\$ 2 bilhões, prevendo inclusive a construção de seis reatores sob o controle das Forças Armadas — três da Marinha, dois da Aeronáutica e um do Exército. Estas atividades, apesar de não preverem diretamente a construção da bomba, criariam as condições necessárias para tornar um teste nuclear dependente apenas de uma decisão política e não mais tecnológica.

Um relatório recente da Sociedade Brasileira de Física entregue ao Congresso e à Secretaria de Ciência e Tecnologia alerta sobre a proximidade desta situação.

Por outro lado, declarações informais feitas pelo presidente em Nova Iorque indicam que o programa nuclear passaria ao controle da Secretaria de Ciência e Tecnologia e que o secretário, José Goldemberg, passaria a exercer parceria com Pedro Paulo Leone Ramos, o secretário da SAE, na condução do programa. Esta medida representaria um passo positivo

no sentido de passar o controle das atividades nucleares para o âmbito civil, mas sua efetividade pode ser esvaziada caso não haja um efetivo acompanhamento dos novos delineamentos por parte da população.

O fechamento do poço da Serra do Cachimbo pode sinalizar o adiamento de qualquer teste nuclear, mas a garantia de que não embarcaremos em uma aventura nuclear ainda não está dada. Apesar de ser prerrogativa do Congresso determinar e fiscalizar o que se faz na área nuclear, passados dois anos da promulgação da Constituição, nada se fez nesse sentido. O controle da sociedade civil sobre a área nuclear ainda não saiu do papel. Ainda continua pendente uma série de discussões, como o destino do lixo nuclear, as medidas de segurança relativas às instalações nucleares e a prioridade de se investir bilhões de dólares nestas pesquisas, sobretudo em um país com falta crônica de verbas públicas voltadas para o atendimento das necessidades básicas da população. (Ruy de Góes Leite de Barros/CEDI, 02/10/90)

A base na Serra do Cachimbo

A base da Aeronáutica na Serra do Cachimbo (PA), local para possíveis testes nucleares, teve sua existência revelada em 1986 pela *Folha de S. Paulo*. Continha perfurações de 320 metros de profundidade revestidas de cimento, semelhante as existentes no *Nevada Test Site*, EUA, usadas em testes nucleares subterrâneos. (CEDI, 02/10/90)

Peru oferece ao Brasil saída para o Pacífico

O Peru está disposto a converter os portos de Ilo e Matarani em zonas francas com tratamento privilegiado para os produtos brasileiros exportados pela estrada que ligará o Acre ao Pacífico. O embaixador peruano, Hugo Palma Valderrama, disse que seu país aguarda com expectativa a integração rodoviária com o Brasil, que acelerará a integração econômica da América Latina.

Trezentos empresários e técnicos participaram do seminário "A Saída

do Brasil para o Pacífico", promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Porto Velho (RO) no dia 20 de setembro. O presidente da CNI, Mário Amato, disse que conferia extraordinária importância ao evento e que não faltarão "nem iniciativa empresarial, nem vontade política para a construção da estrada".

O traçado da estrada, que é um prolongamento da BR 364, já está praticamente definido. A rodovia deverá conectar Rio Branco e Assis

Brasil a Inapari no Peru, seguindo por Iberia e Arequipa até Ilo e Matarani. A estrada já existe, devendo ser melhorada. De Porto Velho a Ilo serão 2.274 km, 846 km em território brasileiro. A distância Porto Velho-Santos pela BR 364 é de 3.099 km. O transporte marítimo das exportações brasileiras para a Ásia será encurtado. A estrada permitirá lucro, nos fretes, de US\$ 200 em cada tonnelada de grãos exportada. (Folha de S. Paulo 21/09/90)

Atingidos de Itá vão à sede da Eletrobrás no Rio

Mauro Gonçalves/Imagens da Terra

Uma delegação de 32 membros da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (Crab), da bacia do rio Uruguai (SC e RS), esteve dia 20 de setembro no Rio de Janeiro em audiência com o presidente da Eletrobrás, José Maria Siqueira de Barros, para exigir a solução definitiva dos problemas sociais causados pela implantação — já em andamento — da hidrelétrica de Itá. A audiência foi acertada entre os atingidos e a direção da Eletrosul após uma série de mobilizações que incluiu a ocupação de escritório da subsidiária.

O encaminhamento das soluções já havia sido acertado entre a Crab e a Eletrosul em 1987. A partir de 1990, a empresa passou a alegar não ter recursos para cumprir o que havia prometido. Assim, somente 25% da população atingida estão indenizadas ou reassentadas.

Apesar de confirmada previamente pela direção da Eletrosul, em ofício de 6 de setembro, a reunião foi adiada no dia 19, véspera da data marcada, quando a delegação já estava viajando para o Rio de Janeiro.

A presença dos atingidos na sede da Eletrobrás obrigou a direção a designar membros da diretoria para receber a Crab e justificar a ausência do presidente da Eletrobrás, que se encontraria em Brasília. Os represen-



Comissão de atingidos pelas barragens é recebida na sede da Eletrobrás, no Rio de Janeiro

tantes da empresa ouviram as reivindicações dos atingidos e declararam-se sem nenhum poder de decisão.

A indignação dos atingidos chegou ao máximo quando descobriram que o presidente da Eletrobrás se encontrava em seu gabinete. A Crab exigiu explicações e a presença de Siqueira de Barros. Após longa negociação, a intransigência e a desconsideração do presidente da empresa se manteve. No entanto, os atingidos conseguiram impor à empresa a realização de uma outra audiência, desta vez na região atingida pelas barragens

do Alto Uruguai, onde o presidente da Eletrobrás — ou seu representante — deverá apresentar uma proposta concreta para a solução dos problemas dos atingidos.

Mais uma vez a experiência mostra que somente a organização e a forte mobilização dos atingidos será capaz de garantir um mínimo de respeito por parte do setor elétrico e o efetivo encaminhamento de soluções para os graves problemas causados pelo próprio setor, com a implantação de grandes barragens. (Crab, 21/09/90)

Acusados da morte de Chico Mendes vão a julgamento

O julgamento dos acusados da morte do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes será realizado no dia 25 de outubro, às 8h, em Xapuri, no Acre. O fazendeiro Darli Alves Pereira e o seu filho Darci Alves Pereira são acusados de terem sido, respectivamente, mandante e autor do crime.

O processo encontra-se atualmente no Fórum de Xapuri.

O responsável pelo processo é o juiz Adair Longuini e os advogados de acusação são Marcio Thomaz Bastos, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Suely Bellato, Ricardo Gebrin e Michael Nolan.

Os advogados de defesa, Rubens Lopes Torres e João Lucena Leal, recorreram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), querendo provar a "inexistência de indícios" contra os dois acusados. A arguição foi rejeitada, no entanto, segundo o ministro José Candido, relator do processo, pois o próprio Darci confessou o crime, o que foi constatado pela prova dos autos.

O advogado Rubem Lopes Torres pede ainda a transferência da sessão do júri para outra comarca do estado, alegando que o município de Xapuri não oferece condições de segurança nem acomodações para as quase 10 mil pessoas

que deverão assistir ao julgamento, e que o júri popular de Xapuri não tem imparcialidade. Acusa também a maioria dos jurados de ter alguma espécie de ligação com a família do Chico Mendes.

Rubem requereu que o julgamento seja transferido ou para Rio Branco ou para o município de Senador Guiomar.

Para o promotor da comarca de Xapuri, Eliseu Bouchmeier de Oliveira, e para Marcio Thomaz Bastos, isso é uma manobra da defesa, que vai tentar de todas as formas protelar ao máximo o julgamento. (Folha de S. Paulo, 16/09/90; Jornal do Brasil, 19 e 25/09/90)

Lavradores torturados

Os lavradores Onir Ademir Boy, Francisco Cipriano dos Santos e Zeferrino Capato foram torturados no dia 9 de agosto na delegacia de Rosana (SP). A denúncia é da secretaria estadual paulista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os lavradores são integrantes do grupo de trabalhadores rurais que ocupou a fazenda Nova do Pontal, em Rosana, em julho. As 250 famílias de sem-terra saíram da fazenda Nova do Pontal a 20 de julho, e passaram a acampar da rodovia Arlindo Bettio, de onde foram despejadas no dia 16 de agosto, por força de ação de reintegração de posse solicitada pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Os sem-terra ocupam, agora, a gleba 15 de Novembro, nas proximidades. (*Agên*, 10/09/90)

Ocupação no Piauí

No dia 10 de setembro, um grupo de mil pessoas que moravam no município de União ocupou a fazenda Junco, em Teresina, conforme informações da secretária-geral do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Gregória Francisca. A proprietária da fazenda Junco, Maria Virgínia, disse que entraria, no dia seguinte, com ação de reintegração de posse na Justiça, com o objetivo de expulsar os ocupantes. (*Folha de S. Paulo*, 11/09/90)

Sem-terra despejados

O juiz Guilherme de Souza Nutti concedeu no dia 17 a reintegração de posse da fazenda Pirituba, ocupada no dia 8 de julho por cerca de 200 famílias sem-terra. A Polícia Militar de Itapeva (SP) informou que vai pedir apoio aos batalhões locais para realizar o despejo das famílias. O chefe de uma comissão formada pelos sem terra, José Prado, disse que eles só vão deixar a fazenda "mortos". Enquanto isso, seis crianças já morreram no acampamento, devido à falta de infra-estrutura e ao frio. (*Folha de S. Paulo*, 18/09/90; *O Estado de S. Paulo*, 21/09/90)

Seca maltrata o nordeste do RJ

A chuva nos dez municípios da região, ficando em apenas 349,2mm não atingiu a média necessária estimada pelo Instituto Nacional de Meteorologia. Embora o déficit de chuvas se estenda a todo o Estado, os desmatamentos e a barreira da Serra do Mar, que dificulta a entrada de frentes frias, agravam o quadro climático do Nordeste. Campos, no Norte Fluminense, é o quarto município do Rio considerado em estado de calamidade pública por causa da seca, a pior dos últimos trinta anos, que já matou duzentos bovinos, reduziu a produção leiteira, arruinou a safra de cana e diminuiu a produção de álcool. Segundo o prefeito, Anthony Garotinho, as perdas no município chegam a US\$ 20 milhões (Cr\$ 1,7 bilhão, ao câmbio paralelo).

O estado de calamidade pública foi decretado também em Itaúva, São João da Barra e Cambuci. Segundo estimativa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Estado, 80% da safra esperada

foi perdida devido à devastação causada pela seca e agravada pela falta de sistemas de irrigação artificial. Tentativas de solução, incluiriam o reflorestamento da região e a perfuração de mais poços.

Nos municípios de Miracema e Santo Antônio de Pádua, a estiagem, reduziu quase à metade a produção leiteira. O secretário de Agricultura defende a criação de programas governamentais para o Noroeste fluminense de modo a estimular a modernização econômica e a instalação de indústrias.

Além da perda de safras e da assistência de produtores em plantar desde o verão, quando pouco choveu, a devastação da zona rural contribui para reduzir a oferta de emprego. Como os proprietários de terra evitam iniciar novas lavouras, por medo da seca, os trabalhadores têm de buscar o sustento em biscates por Cr\$ 150 e até Cr\$ 50 diários, no campo ou nas cidades e povoados. (*Jornal do Brasil*, 18/09/90 e 22/09/90)

Canavieiros param em Pernambuco

Os 250 mil canavieiros de Pernambuco iniciaram um movimento grevista no dia 1º de outubro, reivindicando melhores condições de vida e trabalho. Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), José Rodrigues da Silva, a adesão dos trabalhadores ao movimento tem sido em torno de 90%. José Silva disse ainda que foram registrados alguns incidentes entre lideranças grevistas e seguranças de usinas e municípios de Maracá, Palmares, Joaquim Nabuco e Itambé. "Os seguranças das usinas impediram a entrada dos integrantes da comissão de greve", afirmou o presidente da Fetape. "Em Joaquim Nabuco, o presidente do sindicato, Cícero Pedro, presidentes dos sindicatos dos produtores de açúcar e álcool e dos cultivadores não confirmaram os supostos incidentes.

É a décima segunda greve dos canavieiros e o aumento do piso salarial de Cr\$ 6,6 mil para Cr\$ 19 mil

é a principal reivindicação de uma pauta de 66 itens. A paralisação é por tempo indeterminado. O sindicato dos usineiros está oferecendo um piso de Cr\$ 8,6 mil, mas a categoria considera a proposta insuficiente.

A Fetape quer a unificação das negociações dos canavieiros que trabalham junto a produtores autônomos com os canavieiros empregados das usinas. O Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco conseguiu desvincular as negociações, alegando menor poder econômico que os usineiros. Dos 250 mil canavieiros de Pernambuco, 60% trabalham junto aos produtores autônomos e o restante com os usineiros.

A paralisação coincide com o início da safra de cana-de-açúcar. Neste ano Pernambuco deverá produzir 22 mil toneladas de cana. A produção de açúcar está estimada em 17 milhões de sacas (de 50 quilos cada) e a de álcool em 690 milhões de litros. (*Gazeta Mercantil*, 03/10/90)

Batismo de Igreja Universal termina em tragédia

Em Salvador, terminou em tragédia o batismo de fiéis promovido pela Igreja Universal na madrugada de 22 de setembro na Praia dos Artistas. Organizado pelo pastor Everaldo Amorim, um juiz da comarca de Camaçari, o batismo coletivo atraiu caravanas de fiéis de diversas cidades da Bahia — havia 60 mil pessoas, segundo os organizadores, e 10 mil, segundo pescadores.

Inicialmente, Everaldo aspergiu água do mar sobre os adeptos — batismo oficial da Igreja.

Muitos fiéis, no entanto (não se sabe ainda se estimulados pelo pastor ou espontaneamente), entraram no mar, muito revoltos com a chuva que caía desde a véspera. Uma grande onda, segundo testemunhas, levou para longe da área um grupo de adeptos. "Primeiro eu ouvi uma pessoa gritar que alguém estava se afogando. Depois vários fiéis, na tentativa de salvamento, terminaram também se afogando", revelou o pastor.

Até o dia 24, a Polícia Militar havia resgatado dois corpos de fiéis,

declarando que de dez a doze pessoas estavam desaparecidas.

Uma testemunha acredita que o pastor "sacrificou os fiéis", induzindo-os a entrar na água. "O pastor afirmou que todos seriam salvos com o batismo. Isso fez com que muita gente entrasse no mar como se estivesse em estado de graça", declarou.

O Salvamar informou que o pastor Everaldo não poderia ter escolhido dia e local piores para o batismo. De acordo com o órgão, a Praia dos Artistas tem registrado nos últimos anos os maiores índices de afogamento no litoral da Capital. Além disso, o tempo chuvoso e a lua nova (quando a maré se torna mais forte) concorreram para tornar aquela praia perigosa para o banho de mar.

A tragédia só não foi maior porque alguns pescadores, que observaram a cerimônia de suas embarcações, conseguiram salvar vários adeptos da seita, que se debatiam no mar. Somente um pescador tirou cinco pessoas da água. O pescador Antonio "Gago", trabalhou tanto que ficou com os braços dormentes. Segundo ele, havia mulheres com crianças nos braços e não era só uma cerimônia religiosa, mas também política. Havia panfletos com o texto "Voto de fé, vitória certa".

O pastor Everaldo prestou depoimento e pode ser indiciado por homicídio culposo. (*Folha de S. Paulo*, 19 e 26/09/90; *O Estado de S. Paulo*, 19/09/90; *O Globo*, 25/09/90)

Outras mortes marcam história da Igreja Universal do Reino de Deus

A Polícia do Ceará iniciou investigações para apurar as responsabilidades na morte de Cecília Oliveira de Souza, de 57 anos, quando ela participava de um culto na Igreja Universal do Reino de Deus, em Fortaleza. De acordo com o relato de parentes, Cecília, que era diabética, vinha se negando a tomar remédios por acreditar que a sua cura viria através de uma "corrente de oração". A abertura de inquérito policial partiu da família, que suspeita que Cecília tenha sido persuadida por pastores da igreja a não se medicar enquanto aguardava a cura pela "corrente da saúde" — uma prá-

tica baseada na oração.

Em abril, no Rio de Janeiro, um caso semelhante ao de Cecília já havia gerado a abertura de inquérito policial contra a igreja. Na ocasião, a carioca Maria Pureza da Silva, de 70 anos, morreu de enfarte durante um culto no Maracanã, sem receber atendimento médico. Não houve conseqüências.

O secretário de Segurança Pública do Ceará, delegado Adilberto Leite, chamaria para depor o principal dirigente da igreja no Estado, o pastor Carlos Magno, candidato a deputado federal pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

Igrejas propõem dia de jejum contra violência

A realização de um Dia Nacional de Jejum e Oração para que cesse a violência contra crianças e adolescentes empobrecidos no país foi proposta ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), no encerramento da 1ª Consulta Nacional sobre a Situação de Crianças e Adolescentes Carentes, promovida pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), em Salvador (BA).

Durante uma semana, os representantes e delegados das Igrejas cristãs

brasileiras e convidados de outros organismos — como os Movimentos Nacionais de Meninos e Meninas de Rua e de Direitos Humanos — debateram a realidade desse segmento populacional, o mais atingido pela violência e pelos efeitos da recessão. As Igrejas decidiram também empenhar-se na mobilização da sociedade para a implementação do novo Estatuto da Criança e Adolescente, que vigorará neste mês de outubro.

Dados de uma revista do Centro de Articulação às Populações Marginalizadas (Ceap), do Rio de Janeiro, indicam que entre 1984 e 1989 foram exterminados 1.397 menores de 18 anos em todo o país. Desses, 87% eram homens, 74% estavam na faixa etária entre 15 e 18 anos e cerca de 60% eram negros. Nesse sentido, foi também enviada moção de protesto aos governos de vários estados. (*Agên*, 10/09/90)

Congresso da Vinde reúne 1.200 líderes evangélicos

A necessidade de uma política de formação de novas lideranças religiosas que ofereçam respostas às exigências da última década do século 20 foi um dos temas discutidos no 7º Congresso da entidade Visão Nacional de Evangelização (Vinde). O assunto foi tratado durante a conferência do pastor norte-americano Leighton Ford, presidente do Comitê de Lausanne, entidade que surgiu em 1974 e representa milhões de evangélicos em todo o mundo.

Leighton falou sobre a necessidade de formar novos e melhores líde-

res evangélicos como meio de ampliar a participação destes religiosos nos destinos sociais e políticos da sociedade.

A inserção de líderes evangélicos na prática política foi outro tema destacado no congresso, que reuniu 1.200 participantes de quarenta denominações evangélicas.

Um grande número de candidatos às eleições é ligado às igrejas evangélicas brasileiras, que possuem mais de 25 milhões de seguidores no país.

O presidente da Vinde, Caio Fá-

bio d'Araújo Filho, disse que os políticos profissionais fazem um "exercício camaleônico ao fazerem um discurso para cada circunstância, sempre em defesa de seus próprios interesses".

Os diretores da Vinde acreditam que um político possa conciliar a carreira política com a defesa intransigente de princípios morais e religiosos. "Os políticos profissionais, viciados em poder, não devem contar com os votos dos evangélicos", afirmou Caio Fábio. (*O Estado de S. Paulo*, 19/09/90)

Papa condena os meios de comunicação

Pio 11 foi o papa do rádio, Paulo 6º, o da televisão, e João Paulo 2º, o do jato — mas também o papa que mais encanta os meios de comunicação com seu carisma. Porém João Paulo 2º esqueceu tudo isso e investiu pesado contra a imprensa.

"Os órgãos de comunicação são poderosos instrumentos do pecado, que propagam modelos aberrantes de conduta", afirmou o papa num discurso para 4 mil padres que faziam retiro espiritual em Roma.

O curioso é que, na semana anterior ao pronunciamento, deu-se sua estréia involuntária num desses meios propagadores do pecado — a televisão. Ele representa seu próprio papel numa novela mexicana da rede de televisão Odeon TV.

No teledrama, o papa faz um milagre ao recuperar a memória do personagem vivido pela atriz Verônica Castro, que é mãe de um garoto que sobreviveu a um terremoto no México. As cenas são reais e foram gravadas durante a visita do papa ao México, em maio passado. (*Veja*, 26/09/90)

Bispo libanês é novo líder dos melquitas no Brasil

O bispo de origem libanesa Pedro Al Moallem, conhecido por sua atividade no diálogo ecumênico com as igrejas do Oriente, assumiu a liderança espiritual dos católicos melquitas do Brasil.

O novo eparca — designação do prelado melquita — foi um importante porta-voz do Vaticano nos entendimentos mantidos com as igrejas ortodoxas e com o mundo islâmico nas décadas de 70 e 80.

"Meu grande desafio agora é aprender a falar português", disse o bispo quando chegou ao Brasil. Segundo ele, sua missão mais importante é aglutinar em torno da fé e das tradições os milhares de cristãos orientais que vivem no país. "Temos uma comunidade que inclui quatro gerações e muitos jovens", afirma Moallem, que nasceu em Nazaré, hoje no território de Israel.

"Não temos uma Igreja étnica, mas de tradições. Há melquitas no Líbano, na Grécia e praticamente em todo o Oriente Médio", explica o bispo. (*O Estado de S. Paulo*, 23/09/90)

Orientais que seguem o papa

Os fiéis melquitas — que segundo a eparquia são 400 mil no Brasil — seguem o rito bizantino, no qual as missas são celebradas em grego, árabe e parte na língua do país em que a comunidade tiver sede. A designação melquita foi dada aos cristãos orientais que defenderam os dogmas definidos no concílio de Calcedônia, em 451. Essa defesa foi liderada pelo patriarca Flaviano e pelo imperador Marciano. A expressão melquita (imperial) deriva da palavra árabe *malek*, que significa rei. Com o passar dos séculos, melquita se tornou sinônimo de católico ou seguidor do papa de Roma entre os habitantes do Oriente Médio. (*O Estado de S. Paulo*, 23/09/90)

LUTERO

Lutero é a primeira publicação da série *Leituras da Bíblia*. Traz textos de Paulo Buss, Hermann Wille e Martin Dreher e apresentação de Milton Schwantes.

Preço: Cr\$ 206,00

Pedidos: CEDI (a/c Setor de Distribuição) — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

Lutzenberger critica presidente da Funai

O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, aproveitou os 90 minutos de voo entre Brasília e a Serra do Cachimbo (PA), no dia 18 de setembro, para pedir ao presidente Fernando Collor que condene publicamente as recentes declarações do presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, favoráveis à divisão do território dos índios Yanomami. Lutzenberger deixou com Collor uma carta em que diz que as declarações de Cantídio "podem levar nossas instituições ao descrédito junto à comunidade internacional".

Collor aceitou o pedido de Lutzenberger e prometeu reafirmar a posi-

ção do governo brasileiro sobre a unidade territorial Yanomami em seu discurso durante a sessão de abertura da 45ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York, no dia 24 de setembro.

As declarações de Cantídio que irritaram Lutzenberger foram feitas em entrevista à *Folha de S. Paulo* no dia 10 de setembro, onde ele defendeu a divisão do território indígena em 19 núcleos isolados, sob o argumento de que isso facilitaria a vigilância contra a invasão de garimpeiros. Na carta e na conversa com Collor, Lutzenberger disse que as afirmações de Guerreiro foram feitas "sem qualquer base científica".

No ofício a Collor, o secretário do Meio Ambiente lembra que em suas viagens ao exterior tem dito que o governo "corrigirá o erro cometido pelo governo passado, que dividiu o território Yanomami".

Lutzenberger pediu a intervenção pessoal de Collor no assunto para evitar que as declarações de Cantídio Guerreiro sejam interpretadas "lá fora" como falta de unidade de pensamento e ação do governo. Lutzenberger acha que um posicionamento público de Collor serviria para "anular" interpretações errôneas sobre a questão Yanomami. (*Folha de S. Paulo*, 22/09/90)

Venezuela não quer tragédia Yanomami em seu território

O jornal norte-americano *New York Times* publicou uma matéria, no dia 25 de setembro, na qual divulga a preocupação do presidente Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, com os índios Yanomami que vivem naquele país. Andrés Pérez instituiu um grupo de estudos com o objetivo de criar uma reserva para os Yanomami, visando preservá-los da invasão garimpeira e da tragédia que acontece com os que vivem no Brasil.

A matéria, assinada por James Brooke, ocupa um quarto de página, com mapas indicando a localização das áreas dos Yanomami no Brasil e na Venezuela. Acentua bem o descaso do governo brasileiro em relação aos Yanomami, enquanto o da Venezuela é visto com bons olhos por estar tomando providências para que não ocorra o mesmo drama em seu território. A Guarda Nacional Venezuelana prendeu no dia 22 de setembro, no aeroporto de Puerto Ayacucho (capital da Amazônia Venezuelana), doze colombianos com equipamentos de garimpo. Em junho deste ano, quando o Ministério da Defesa sobrevoava o território Yanomami em direção a uma base aérea que seria inaugurada, prendeu doze garimpeiros que invadiram os limites da Venezuela.

Aids ameaça os Yanomami no estado de Roraima

O antropólogo Bruce Albert, da Universidade Nacional de Brasília, e a médica Ivone Andreato Meneio, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, elaboraram um relatório sobre a saúde dos Yanomami, em que denunciam a ameaça de contaminação por Aids entre os índios. "A eventual ocorrência de Aids nesta população deve ser pesquisada com prioridade, uma vez que essa doença pode se alastrar também por transfusões sanguíneas, necessárias em casos de anemia profunda pós malária", alertam. Eles revelam que 31 índios que foram internados na Casa do Índio em Boa Vista receberam transfusão

de sangue entre agosto de 1987 e agosto de 1989. Numa das comunidades visitadas pelos médicos 91% dos índios estavam com malária.

No relatório que será encaminhado ao ministro da Saúde, Alcení Guerra, e ao presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, como subsídio à campanha de saúde que o governo está iniciando na área, os médicos mostraram-se preocupados também com o excessivo número de índios com gonorréia. O documento foi elaborado a partir de trabalho voluntário realizado na área do Paapiú, em Roraima, a primeira a ser invadida em 1987. (*Jornal do Brasil*, 19/09/90)

Juiz reafirma interdição da Área Yanomami

O juiz Novely Vilanova da Silva Reis, da 7ª Vara Federal de Brasília, confirmou no dia 24 de setembro, em sentença definitiva, a interdição da Área Indígena Yanomami até que sua situação seja definida. Esta área, de 9.419.108 hectares, foi delimitada pela Funai em 1985, através da Portaria nº 1.817.

A sentença determina também que a Funai continue promovendo e coor-

denando a retirada de garimpeiros da terra dos Yanomami.

O juiz determinou que a Funai, para realizar essa retirada, deve solicitar o apoio da Polícia Federal e os recursos necessários ao Ministério a que esteja vinculada, inclusive para destruição das pistas de pouso clandestinas, sob pena de seu dirigente incorrer em responsabilidade penal. (*CEDI*, 24/09/90)

Pesca predatória em terra indígena

Alertados pela Funai, fiscais do Ibama de Goiás constataram um verdadeiro massacre de peixes no rio Maranhão, no município de Minaçu, no trecho entre o canteiro de obras da Usina Serra da Mesa e a área dos índios Avá Canoeiro. Em apenas 10 km de rio, três agentes do órgão apreenderam durante a Semana da Pátria mais de 800 quilos de peixe, 18 redes e tarrafas, e aplicaram multas no valor de Cr\$ 1 milhão.

Acampados às margens do rio,

os pescadores encontraram na área um lugar ideal para a prática ilegal. Depois da construção de um canal para o desvio do leito, necessária à futura usina hidrelétrica, os peixes não conseguem subir o manancial para reproduzir e ficam retidos em um único trecho. Além de infringirem a legislação que proíbe a pesca sobre os cardumes, os predadores ainda invadiram o território indígena, dizimando sua fauna aquática. (*O Popular/Goiânia*, 15/09/90)

Funai interdita a terra demarcada dos Munduruku e dobra sua área

O presidente da Funai, Cândido Guerreiro Guimarães, assinou no dia 12 de setembro a portaria nº 866, interditando a Área Indígena Munduruku em Itaituba (PA). Essa terra foi reservada para os Munduruku pelo decreto estadual nº 305 em 1945 com 1.264.000 ha. Porém quando foi demarcada fisicamente em 1977/78, teve sua área reduzida para 948.541 ha, posteriormente reconhecida como de posse permanente dos Munduruku pela portaria nº 1.374/E de 1982. A portaria 866 "considera que a demarcação não foi precedida dos

estudos antropológicos necessários para a delimitação dos locais de perambulação e utilização para a subsistência e extrativismo, bem como os locais históricos-culturais, antigas malocas etc., deixando a comunidade indígena insatisfeita quanto à preservação de seu habitat tradicional".

Essa interdição com uma superfície aproximada de 1.965.000 ha, inclui o perímetro já demarcado e as glebas Cururu e Juruena, cedidas ao Exército pelo então presidente José Sarney através do Decreto nº 95.859 de 22/03/88. (*CEDI*, 25/09/90)

Pataxó ocupam área de imobiliária

Cansados de esperar pelas iniciativas oficiais e pressionados pela falta de alimentos e dinheiro, decorrente da baixa estação do turismo, os índios Pataxó de Coroa Vermelha ocuparam, em meados de agosto, um trecho de uma das chamadas "áreas de engorda imobiliária" existentes na região. Como já iniciaram a abertura de roças, eles reivindicam, através da Funai e da Anaf-Bahia (Associação Nacional de Apoio ao Índio), providências que agilizem sua posse.

A Funai, segundo um dos representantes da entidade, Francisco Almeida, possui duas opções: ou entra na Justiça ou tenta negociação com os proprietários das áreas: Goes

Cohabita, Cia. Vale do Rio Doce e da Brasil Colônia, de Belo Horizonte.

Das três empresas que possuem a posse das áreas atualmente ocupadas pelos Pataxó, apenas a Vale do Rio Doce dispõe de título concedido em 83, com cláusula para exploração num prazo de cinco anos (agora esgotado). As outras duas têm sua posse apoiada apenas em precárias escrituras de compra e venda, sem cadeia sucessória anterior. As três áreas encontram-se inexploradas, com vistas a futuras especulações, em função da crescente valorização imobiliária. "Daf a necessidade de que se agilize a posse dos índios na área em que se encontram". (*A Tarde/Salvador*, 15/09/90)



YANOMAMI A TODOS OS POVOS DA TERRA

Xawara - A visão dos pagés Yanomami sobre a tragédia de seu povo. Os médicos avaliam a situação de saúde e constataam 12,6% de mortalidade. Dinamitar pistas resolve? Uma avaliação do que fez o governo Collor.

Leia. Entre nessa luta!

Uma publicação de Ação pela Cidadania; CEDI; CCPY; CIMI; NDI. Pode ser comprada no CEDI Av. Higienópolis, 983 01238 - São Paulo - SP, ou através de cheque nominal pelo Correio. Também disponível no CCPY, CIMI e NDI.

Preço: Cr\$ 300,00

Medida provisória

O presidente Fernando Collor assinou no dia 19 de setembro uma medida provisória que autoriza o Poder Executivo a abrir no orçamento da seguridade social da União crédito extraordinário no valor de Cr\$ 130,4 milhões. Os recursos serão aplicados pelo Ministério da Justiça na continuidade de ações de defesa da população indígena Yanomami, no Estado de Roraima. Essa medida provisória substitui a MP 208, de 17 de agosto último, que não foi apreciada pelo Congresso Nacional. (*Gazeta Mercantil*, 20/09/90)

Meneguelli vai articular bloco sindical no pacto

O presidente da CUT, Jair Meneguelli, vai procurar as principais lideranças sindicais do país para propor a discussão de uma pauta conjunta e dos critérios de representação dos trabalhadores nas negociações do entendimento nacional.

A intenção da CUT é propor uma pauta mínima com base nos pontos consensuais, deixando para cada entidade a defesa de reivindicações específicas sobre as quais não haja consenso. A CUT já definiu os quatro pontos que considera prioritários: revogação da MP 219, reposição das perdas salariais, assentamento de 15 mil famílias sem-terra e salário-desemprego. Para Meneguelli são questões

que necessitam de resposta imediata, ao contrário do contrato coletivo de trabalho, cuja complexidade exigirá discussões prolongadas.

O presidente da CUT disse que não pode concordar que o governo escolha os representantes dos trabalhadores e entende que o movimento sindical deve ter autonomia para fazê-lo. Meneguelli discorda, por exemplo, da participação do presidente da União Sindical Independente (USI), Antonio Magaldi, preferindo o presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Joaquim dos Santos Andrade, por considerá-lo mais representativo. Por enquanto, a cotação de Collor junto a Meneguelli é baixa. Um dia depois

de seu encontro com o presidente, a quem reivindicou o assentamento de famílias sem-terra pela reforma agrária, 150 famílias de trabalhadores rurais que se encontravam acampadas na fazenda Virgínia, em Iturama, foram despejadas pela Polícia Militar. Além disso, o diretor-executivo da CUT e vice-presidente do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, Delman Sérgio Ferreira, acaba de ser demitido, depois de liderar a greve da categoria. "Que coisa estranha. Que história é essa de negociar e ao mesmo tempo ficar te apunhalando pelas costas?", protesta o presidente da CUT. (*Folha de S. Paulo*, 22/09/90; *Jornal da Tarde*, 24/09/90)

Co-gestão e participação nos lucros serão debatidas

A equipe econômica do governo decidiu incluir na pauta de discussões sobre o pacto social três dispositivos de interesse dos trabalhadores que, embora assegurados pela Constituição, jamais foram colocados em prática: a participação dos empregados no lucro das empresas, a co-gestão e a representação dos trabalhadores junto às empresas.

O Ministério da Economia tem uma proposta que torna viáveis esses instrumentos e vai apresentá-la durante a reunião do pacto social que discutirá as relações entre capital e trabalho. A participação dos trabalhadores no lucro das empresas foi incluí-

da em todas as Constituições do Brasil depois de 1946, mas jamais foi regulamentada.

A proposta que o Ministério da Economia vai levar para o pacto assegura a participação dos trabalhadores no lucro das empresas, a ser decidida através da livre negociação entre cada empresa e os representantes dos empregados. Serão asseguradas aos representantes dos trabalhadores as informações necessárias para a avaliação da situação da empresa e o cálculo dos lucros. Será criada a figura do auditor independente, indicado por acordo entre as partes, para coletar essas informações.

A co-gestão e a indicação de representantes dos trabalhadores é assegurada pela proposta da equipe econômica, na proporção de um representante para cada duzentos empregados, até o limite de cinco. Acima desse limite, a proporção é de um representante para cada quinhentos empregados. Nas empresas com menos de duzentos empregados, a representação seria facultativa. As empresas ficariam obrigadas a fornecer informações aos representantes dos empregados e a consultá-los sobre medidas de gestão empresarial que possam afetar os interesses dos empregados. (*O Globo*, 23/09/90)

Microempresas excluídas protestam

Depois da decisão da CUT de participar das negociações do pacto, as dúvidas e as reclamações dos segmentos que ficaram de fora persistem. O presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpí), Joseph Couri, não concorda com a exclusão do setor do comitê que discutirá o pacto, pois 94% das indústrias do país são micro e pequenas, que não estão representadas no entendimento. (*Diário do Grande ABC*, 22/09/90)

Negociações não recuperam perdas

As negociações salariais das categorias com data-base neste semestre não têm garantido aos trabalhadores a recuperação integral do poder aquisitivo que eles tinham antes da implantação do Plano Collor, em março. O fim da política de reposição automática da inflação nos salários, o estabelecimento da livre negociação e as dificuldades apresentadas pela conjuntura econômica vêm tornando essa recuperação cada vez mais difícil. As negociações salariais também não encontraram ainda um

parâmetro preciso para guiá-las. Mesmo a MP 211, com a qual o governo criou novos critérios de reposição salarial, não se firmou no setor privado como uma referência e não é seguida na maior parte das vezes.

Para Sérgio Mendonça, do Dieese, "tem sido muito difícil repor o último pico do salário. Os sindicatos só recuperaram uma parte das perdas e não podem levar para o impasse a luta pelo pico, até porque os tribunais não são mais sensíveis a isso." (*Gazeta Mercantil*, 24/09/90)

Vitória política e econômica da greve dos bancários

Reajuste de 60% sobre os salários de agosto e de 106% para os pisos da categoria. Com esta proposta, negociada com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) terminou, em 24 de setembro, a greve dos bancários em São Paulo, que durou 13 dias. Na prática, o acordo fechado supera os índices da Medida Provisória 211, que orienta a política salarial. O reajuste para o piso — que deverá atingir 75% da categoria, segundo estimativas do presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Gilmar Carneiro dos Santos — é, em média, 38% superior ao que determina a MP 211.

“Conseguimos uma vitória políti-

ca e econômica, porque a greve dos bancários foi o primeiro movimento nacional realizado depois da posse do governo Collor.

O acordo mostra que os bancários são efetivamente pela livre negociação e pelo contrato coletivo de trabalho, sem necessidade de recorrer aos tribunais. “Conseguimos a primeira derrota da política salarial do governo Collor”, disse Gilmar Carneiro dos Santos.

Com o acordo, o piso para o escritório passará de Cr\$ 13,6 mil para Cr\$ 28 mil neste mês, enquanto os caixas receberão Cr\$ 35 mil e o pessoal de portaria Cr\$ 20 mil, valores válidos para cidades com mais

de 130 mil habitantes, o que praticamente inclui todas as capitais. Para as cidades menores, os pisos são de Cr\$ 24 mil para escritório, Cr\$ 30 mil para caixas e Cr\$ 18,6 mil para portaria. Os bancários conseguiram ainda a extensão da ajuda alimentação que passa a ser de Cr\$ 200 por dia para quem tem jornada de 6 horas e de Cr\$ 300 para jornada de 8 horas, para toda a categoria. Se computados os valores do auxílio-refeição, o reajuste do piso sobe para 138%. Serão descontados apenas cinco dos 13 dias parados, sem qualquer acréscimo. Os bancos se comprometeram ainda a não punir os grevistas. (*Jornal da Tarde*, 25/09/90)

GM emprega mulheres na ferramentaria em São Caetano

A General Motors, de São Caetano do Sul, no ABC, vai contratar mulheres para trabalharem no setor de ferramentaria, tradicionalmente ocupado por homens. A empresa ainda não divulgou o número de pessoas a serem contratadas, mas já abriu a inscrição para o treinamento que será dado por técnicos da própria montadora.

Os operários da ferramentaria estão entre os mais bem pagos na categoria metalúrgica, por se tratar de mão-de-obra especializada. No Grande ABC, trabalham cerca de 200 mil

metalúrgicos e, segundo os sindicatos, perto de 12% são mulheres, a maioria atuando em setores de apoio, como embalagem. No caso das montadoras, a mão-de-obra feminina é utilizada basicamente na tapeçaria e fabricação de chicotes (instalações elétricas).

A Volkswagen emprega cerca de quinhentas mulheres no setor de tapeçaria e chicotes e seis na usinagem, onde operam máquinas rebobinadoras. A Ford, coligada da Volks na holding Autolatina, não mantém mão-de-obra feminina na produção.

“A maioria das mulheres trabalha como ajudante, em setores com funções não qualificadas, e recebe salários quatro vezes inferiores aos pagos aos ferramenteiros. As metalúrgicas da nossa base estão conscientes de que têm condições e capacidade para exercer qualquer atividade e não aceitarão salários menores”, diz Lenice Bezerra Azevedo, diretora do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e coordenadora da Comissão de Mulheres da entidade. (*Diário do Grande ABC*, 23/09/90)

Portuários têm 32,68%

Depois de um dia de greve, os 3,16 mil portuários do Rio de Janeiro decidiram aceitar a oferta de um reajuste de 32,68%, feita pela Companhia Docas do Rio. A direção do sindicato, filiado à CUT, argumentou com a categoria o risco de o dissídio coletivo ir a julgamento no Tribunal Superior do Trabalho, onde uma eventual sentença não contemplaria a estabilidade no emprego reivindicada pela categoria. O reajuste pedido pelos portuários era de 298,98% correspondente à reposição necessária da inflação, calculada pelo Dieese. (*Gazeta Mercantil*, 24/09/90)

Metalúrgicos reivindicam 20% reais

Os metalúrgicos de São Paulo aprovaram em assembléia pauta de reivindicações para renovação do acordo coletivo da categoria, que tem data-base em novembro e atinge 370 mil trabalhadores. As negociações com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) envolvem também os 120 mil metalúrgicos de Guarulhos e Osasco.

Os trabalhadores vão pedir reposição de perdas salariais, mas não pretendem apresentar um índice fechado para a Fiesp. Eles querem também 20% de aumento real e um piso salarial de Cr\$ 37 mil.

Hoje, o piso da categoria é de Cr\$ 9,4 mil em empresas com menos de setecentos empregados e de Cr\$ 11,1 mil para as maiores. Os metalúrgicos da Grande São Paulo planejam, nas negociações deste ano, avançar com a Fiesp na discussão de um contrato coletivo de trabalho, a exemplo do que está sendo feito entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Autolatina.

É intenção dos metalúrgicos incluir no novo acordo coletivo mecanismos permanentes de negociação e flexibilidade do contrato. (*Gazeta Mercantil*, 24/09/90)

MEC propõe campanha 'Adote um Analfabeto'



Dentro do programa de combate ao analfabetismo, o Ministério da Educação vai propor à área econômica do governo federal a realização da campanha "Adote um Analfabeto". Pelo projeto, qualquer contribuinte poderá abater do Imposto de Renda os gastos mínimos com uma criança carente na escola, mesmo que não seja parente. "Será uma forma de estimular a sociedade nesse mutirão", justificou o ministro da Educação, Carlos Chiarelli.

Ele revelou que programa a realização de campanha nacional de conscientização de pais e até de empregadores para que participem do projeto de combate ao analfabetismo. Lembrou que os responsáveis por menores em idade escolar são obrigados constitucionalmente a matricular as crianças. (*O Globo*, 24/09/90)

Roriz ensina analfabeto a fazer o xis

O candidato ao governo do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PTR), está ensinando o eleitorado a votar para garantir sua vitória no primeiro turno das eleições. Segundo as pesquisas que orientam a estratégia de campanha, Roriz alcança os maiores índices de intenção de voto junto às classes D e E. Esse eleitorado é constituído, em boa parte, por analfabetos. Para não correr o risco de perder votos, Roriz mandou confeccionar milhares de panfletos e cartazes que reproduzem a cédula eleitoral. Os cabos eleitorais foram instruídos a divulgar a máxima "coloque o xis no menor nome". Roriz, que ocupa o segundo lugar na cédula tem o menor nome entre os concorrentes. Os programas de rádio e TV do candidato estão ensinando o analfabeto a votar. (*Folha de S. Paulo*, 23/09/90)

Seringueiro fala sobre analfabetismo

O Conselho Nacional dos Seringueiros desenvolve trabalhos de alfabetização com adultos e crianças nas *escolas da mata*, por eles organizadas. Pedro Ramos de Souza, do Amapá, vice-presidente do Conselho, dá seu depoimento sobre analfabetismo:

Angela Cristina Fernandes



Não quero entrar em conceitos de alfabetização, mesmo porque a minha limitação escolar não permite. Deixo o mérito da questão para os intelectuais do ramo, que têm bastante tempo para elaborar tais pensamentos.

O analfabetismo no Brasil tem crescido muito. Ao mesmo tempo, têm crescido os pronunciamentos de dirigentes governamentais dizendo que o Brasil não pode continuar com tantos analfabetos e que vão tomar medidas visando à sua erradicação. Criaram-se também métodos, técnicas, fórmulas, conteúdos, e aperfeiçoaram-se conceitos. Reciclam-se, capacitam-se alfabetizadores. Entretanto, o analfabetismo continua crescendo como se fosse um bicho mágico que, quanto mais atacado, mais rapidamente reproduz seus filhotes, espalhando-se no mundo rural, nas grandes e pequenas cidades, em todo lugar.

Os governantes de nosso país têm um grau maior de responsabilidade com o crescimento e expansão do analfabetismo, na escola ou

fora dela. O fenômeno que o multiplica é parceiro entrelaçado e irmanado da pobreza extrema. Quanto maior a concentração e expansão da pobreza, maior o analfabetismo. Os dois fenômenos têm que ser atacados simultaneamente.

Os nossos políticos, em que pese suas promessas, também têm se sustentado nestes segmentos da sociedade onde é muito fácil criar e fortalecer os chamados redutos eleitorais, impondo a prática do assistencialismo, paternalismo e do populismo.

Os mestres não percebem que a sua intimidade com o mundo da escrita é completamente estranha e desconhecida aos analfabetos, porque as letras ainda não fazem parte do seu mundo. Por isso, alfabetizar demanda sensibilidade, abordagem correta do valor e importância do uso da escrita, capaz de derrubar as barreiras existentes na cabeça do analfabeto adulto, deixando-o mais aberto ao recebimento e entendimento da coisa nova, que é a busca da forma diferente de se comunicar.

Se analisarmos mais profundamente a pessoa do analfabeto e seu mundo, acredito que, a partir daí, seja possível introduzir métodos de alfabetização mais eficientes.

Para o analfabeto a escrita é vista como uma coisa sem uso real, concreto, sem uso pessoal, pois nunca existiu a interação dela com o seu trabalho. O analfabeto está acostumado a enfrentar seus problemas sem auxílio da escrita ou da leitura, por isso ele não vê com clareza que, sendo alfabetizado, pode ter na leitura e escrita um aliado a mais na solução de seus problemas do dia-a-dia. (CEDI, 28/09/90)

Pernambuco mantém 1.600 círculos de cultura

Com 1 milhão de alunos matriculados nas escolas da rede estadual de ensino, mas enfrentando 1,4 milhão de analfabetos distribuídos pelos seus 167 municípios, Pernambuco descobriu um meio de combater o problema: criou círculos de cultura, destinados a alfabetizar integralmente jovens e adultos nas escolas, presídios, sindicatos, associações e repartições.

Fugindo ao tradicional *be-a-bá* que caracterizava o Mobral, os círculos de cultura não seguem padrões rígidos, não têm cartilhas impostas por órgãos oficiais e têm revelado um resultado surpreendente: antes de completar nove meses de aula, os educandos já sabem ler, escrever e compreendem o que lêem. Implantados desde 1987, os 1.600 círculos

hoje em funcionamento absorvem uma estrutura de 1.700 pessoas — entre estagiários, professores e técnicos em educação — e já alfabetizaram 23 mil educandos.

Este ano, serão investidos Cr\$ 22 milhões — Cr\$ 18 milhões provenientes do próprio estado — para alfabetizar 20 mil pessoas. Em 1991, a Secretaria de Educação — que administra o projeto — deve implantar 12 mil novos círculos de cultura, para abrigar 300 mil alunos.

A proposta não se esgota na alfabetização. Quatro outros estágios equivalem ao 1º e 2º graus completos, seguindo padrões bem diferentes dos usados pelas escolas tradicionais. O método adotado baseia-se na pedagogia libertadora do educa-

dor Paulo Freire e na teoria social construtivista das educadoras Emília Ferreiro (México) e Terezinha Carraher (Brasil), que força o aluno a falar, organizar o pensamento e ser motivado a escrevê-lo. “A escola do silêncio aqui é coisa do passado”, diz Rosângela Tenório, diretora do Departamento de Alfabetização da Secretaria.

Muitos alunos dos círculos já passaram por escolas públicas tradicionais, tentaram o Mobral e tudo o que aprenderam foram algumas letrinhas e palavras soltas como *pato* e *bola*, que nada significam para o seu dia-a-dia. Quando muito aprenderam a assinar seus próprios nomes. Agora, se preparam para um desafio: escrever cartas. (*Jornal do Brasil*, 20/09/90)

Abono não encerra greve de professores no Rio de Janeiro

O governador Moreira Franco assinou decreto no dia 25 concedendo abono de 25%, retroativo a 1º de setembro, aos professores do estado, em greve desde o dia 19. Moreira disse que tomou a iniciativa diante da intransigência do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe) em negociar com a Assembleia Legislativa o aumento de 100% que o governo está oferecendo à categoria. Os professores reivindicam 223%, referentes às perdas do Plano Collor, o que o governador considera impossível atender. O Sepe encanou o abono com pessimismo e adiantou que o decreto não encerrará a greve da categoria. O sindicato informou que a proposta de abonos consecutivos de 25% em setembro, 25% em outubro, 23% em novembro e 9% em dezembro, janeiro e fevereiro já fora considerada indecorosa pelos professores. Segundo o Sepe, o abono anunciado por Moreira nada mais é do que a primeira parcela da proposta do governo. Com o abono, o piso salarial dos professores aumenta de Cr\$ 14.386,00 para Cr\$ 17.983,00. (*O Globo*, 26/09/90)

Prostitutas aprendem a ler e escrever

A Diocese de Patos (300 km a oeste de João Pessoa, PB) está desenvolvendo um projeto de alfabetização em 15 bairros periféricos da cidade, com base no Método de Paulo Freire. A experiência teve início na zona de prostituição e a idéia foi de Madalena Lufza, da Pastoral da Mulher. Ela conta que as primeiras alunas, 12 mulheres muito assíduas às aulas, já estão lendo e escrevendo e formando frases que, ordenadas em textos, resultaram na cartilha *ABC das Mulheres*.

Constam da cartilha relatos de ex-

periências de vida de cada mulher, a partir de palavras do seu próprio vocabulário, como *comida*, *doença*, *casa*, *fome*, *injustiça*, *lixo* e *pobreza*. “A experiência vem se revelando tão positiva, que vamos tentar formar outra turma de mulheres e homens na própria zona”, diz Madalena Lufza. Ela acrescenta que o projeto ainda vem contribuindo para acabar com vício da bebida entre as mulheres. O programa, hoje com 30 monitores, tem a ajuda financeira da Associação de Educadores Católicos do Brasil (AEC). (*Nova Escola/SP*, out/90)

Florianópolis realiza pela 3ª vez eleições para diretores de escolas

Pela terceira vez foram realizadas eleições para diretores de escolas municipais, em Florianópolis (SC). Dezesete escolas participaram do pleito, num total de votantes de 51,82% da comunidade escolar, que reúne, segundo informou o secretário municipal da Educação, João A. Flores, cerca de 9 mil pessoas, compreendendo 3.400 alunos, 4.800 pais e mais de 800 professores e funcionários. “Na capital, a primeira eleição ocor-

reu em 1986, quando o processo eleitoral foi regulamentado pela lei municipal 2415, que surgiu graças ao empenho de pais e professores, na busca de um maior contato com o cotidiano escolar”, ressaltou Paulo Heinzen, coordenador geral da eleição. Segundo ele, são poucos os municípios catarinenses que realizam eleições para diretores: “Que eu saiba, só em Itajaí há um processo semelhante”, diz Heinzen. (*Nova Escola/SP*, out/90)

ONU decide bloqueio aéreo contra Bagdá

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, integrado por quinze países, sob a presidência do chanceler soviético, Eduard Shervadnadze, aprovou no último dia 26 o bloqueio aéreo ao Iraque, por catorze votos contra um (de Cuba). "Uma grande guerra pode estourar a qualquer momento no golfo Pérsico", disse Shervadnadze ao plenário da ONU, que realizou em Nova York sua 45ª sessão.

Shervadnadze operou um espetacular "endurecimento" da política soviética, ao defender o direito da ONU "suprimir pela força" atos de agressão do Iraque, e de utilizá-lo caso se prolongue a ocupação do Kuwait.

Esse direito é previsto pela Carta de fundação da organização. Mas Shervadnadze pediu, também, que todos os meios políticos, econômicos e outras formas de pressão não-militares sejam esgotadas antes do recurso à força.

A resolução 670 do Conselho de Segurança prevê o bloqueio de todos os navios e barcos do Iraque ancorados em portos estrangeiros, e que poderiam ser utilizados para furar o bloqueio naval, também decidido pela ONU em 6 de agosto. A resolução prevê ainda a possibilidade de que um comitê, especialmente formado para fiscalizar o bloqueio, libere de-

terminados vôos com fins humanitários.

Nos termos da resolução, nenhum avião poderá entrar ou sair do espaço aéreo iraquiano sem prévia permissão da ONU. Aviões da força multinacional terão o direito de forçar a aterrissagem, para fins de inspeção, de quaisquer navios que desafiem o bloqueio. Mas não poderão derrubar aviões civis, protegidos pela Convenção de Chicago para Avião Internacional (1944). O texto da resolução foi acertado entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança: EUA, URSS, França, Grã-Bretanha e China. (Folha de S. Paulo, 27/09/90)

Governador de Nova York critica ação no golfo

O governador do estado de Nova York (nordeste dos Estados Unidos), Mario Cuomo, afirmou que petróleo não é motivo para derramamento de sangue norte-americano em território estrangeiro.

"O petróleo é a única razão para os Estados Unidos enviarem tropas ao golfo Pérsico. Quem acredita que estamos mesmo preocupados com a lealdade ao Kuwait? O apetite dos Estados Unidos por petróleo barato e o desdém de nossos governantes por uma política de economia de combustível nos levam à fraqueza nesse aspecto", disse Cuomo.

O governador criticou Washington

pela falta de um plano energético nacional e sugeriu que a indústria norte-americana produza apenas automóveis que fazem 16 quilômetros por litro de gasolina.

Mario Cuomo tem sido frequentemente mencionado como potencial candidato do Partido Democrata a presidente dos Estados Unidos nas eleições de 1991.

As declarações do governador de Nova York sobre a política energética norte-americana foram feitas em um discurso na Câmara de Comércio de Rochester, cidade do interior do estado de Nova York. (Folha de S. Paulo, 27/09/90).

Intellectual critica mobilização militar

Noam Chomsky, linguísta norte-americano, criticou o uso da força militar dos Estados Unidos financiada por outros países, como Japão e Alemanha. Ele disse que, no futuro, Washington pode usar esse poder para impor condições a esses países. (Folha de S. Paulo, 27/09/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL

DIRETORIO REGIONAL DO PT
A/C SEC. IMPRENSA PATRICIA C.
R. DOS FRANCESES, 471
MORRO DOS INGLESES
01329 SAO PAULO SP

06/91